

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS NACIONAIS DE IMUNIZAÇÃO: AVANÇOS, RETROCESSOS E PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE COLETIVA NO SÉCULO XXI

Resumo: O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, consolidou-se como uma das principais políticas públicas brasileiras, responsável pela erradicação da varíola, eliminação da poliomielite e redução de diversas doenças imunopreveníveis. No entanto, no século XXI, enfrenta desafios como a queda das coberturas vacinais, a hesitação vacinal e a disseminação de informações falsas, que ameaçam conquistas históricas na saúde coletiva. O objetivo desse estudo é analisar os avanços, retrocessos e perspectivas do PNI no contexto das políticas públicas de saúde. Para isso foi realizada uma revisão narrativa de literatura, realizada por meio da análise de artigos científicos, dissertações, e documentos oficiais. Foram utilizadas as bases SciELO, BVS, PubMed e Google Scholar. Os achados demonstram que o PNI mantém um dos calendários de vacinação mais completos do mundo, com cerca de 20 vacinas disponibilizadas gratuitamente em diferentes fases da vida. Entretanto, desde 2016, as coberturas vacinais vêm declinando, alcançando 52% em 2021, abaixo da meta de 95% recomendada pela OMS. Essa queda relaciona-se a desigualdades regionais, barreiras de acesso, desinformação e fortalecimento de movimentos antivacina. Iniciativas como o Movimento Vacina Brasil e estratégias de recuperação de coberturas vacinais revelam esforços de enfrentamento, embora ainda insuficientes para estabilizar os índices. Conclui-se que o PNI permanece como referência mundial em imunização, mas sua sustentabilidade depende do fortalecimento da produção nacional de vacinas, da valorização dos profissionais de saúde e do investimento em estratégias de comunicação e educação em saúde. A vacinação deve ser reafirmada como direito social e dever coletivo, essencial para a saúde pública no século XXI.

Palavras-Chave: Cobertura Vacinal; Hesitação Vacinal; Políticas Públicas de Saúde; Programa Nacional de Imunização

Diego Silva Rodrigues

Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4848-4353>

Paulo César de Barros e Silva

Graduado em Enfermagem

Raiane Mayara da Silva Dantas

Graduada em Fisioterapia pela UNIFACISA

Andres Santiago Quizhpi Lopez

Cirurgião e Traumatologo Buco Maxilofacial pela Universidad Católica de Cuenca sede Azogues

Orcid: 0000-0002-6089-0389

Gisleny Vidal

Especialização em Epidemiologia e Serviços de Saúde pela Universidade Federal do Espírito Santo

Rita Andréa Pereira de Oliveira

Pós-graduada em Enfermagem Obstétrica através do Programa de Residência Integrada em Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2528-5343>

Luanna Gomes de Almeida

Pós Graduada em Promoção da Saúde pela UFCA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9070-640X>

Gheysa Chisper Cunha Resende

Enfermeira Especialista em Saúde da família pelo Centro Universitário São Camilo Governador Valadares

Adrielly Eugênia Pereira da Costa

Especialista em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública

Ana Marissa Moreira de Castro

Mestranda Profissional de Enfermagem pela UEFS

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2467-2744>

PUBLIC POLICIES AND NATIONAL IMMUNIZATION PROGRAMS: ADVANCES, SETBACKS AND PROSPECTS FOR PUBLIC HEALTH IN THE 21ST CENTURY

Abstract: The National Immunization Program (PNI), created in 1973, has established itself as one of Brazil's main public policies, responsible for the eradication of smallpox, the elimination of polio, and the reduction of several vaccine-preventable diseases. However, in the 21st century, it faces challenges such as declining vaccination coverage, vaccine hesitancy, and the spread of false information, which threaten historic achievements in public health. The objective of this study is to analyze the advances, setbacks, and prospects of the PNI within the context of public health policies. To this end, a narrative literature review was conducted, analyzing scientific articles, dissertations, and official documents. The databases SciELO, BVS, PubMed, and Google Scholar were used. The findings demonstrate that the PNI maintains one of the most comprehensive vaccination schedules in the world, with approximately 20 vaccines available free of charge at different stages of life. However, since 2016, vaccination coverage has been declining, reaching 52% in 2021, below the 95% target recommended by the WHO. This decline is related to regional inequalities, access barriers, misinformation, and the strengthening of anti-vaccine movements. Initiatives such as the Vacina Brasil Movement and strategies to restore vaccination coverage reveal efforts to address this, although they are still insufficient to stabilize rates. The conclusion is that the National Immunization Program (PNI) remains a global benchmark for immunization, but its sustainability depends on strengthening national vaccine production, valuing healthcare professionals, and investing in health communication and education strategies. Vaccination must be reaffirmed as a social right and collective duty, essential for public health in the 21st century.

Keywords: Vaccination Coverage; Vaccine Hesitancy; Public Health Policies; National Immunization Program

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, representa um marco fundamental na saúde pública brasileira, ao consolidar políticas de prevenção de doenças transmissíveis e assegurar o acesso gratuito da população às vacinas. Sua criação ocorreu após o êxito da Campanha de Erradicação da Varíola, em um cenário político desafiador, mas simbolizou um avanço decisivo na promoção da saúde coletiva (Brasil, 1993; Gadelha, 2020).

Reconhecido como uma das maiores conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS), o PNI obteve destaque internacional pelo impacto na redução da morbimortalidade causada por doenças imunopreveníveis. Desde os primeiros anos, incorporou vacinas essenciais, como a BCG, a tríplice bacteriana e a antipólio, expandindo progressivamente sua cobertura. Essa trajetória reflete a integração entre ciência, tecnologia e políticas públicas, fortalecendo a soberania sanitária nacional (Domingues *et al.*, 2020).

Ao longo de sua história, o programa alcançou conquistas expressivas, como a erradicação da varíola, a eliminação da poliomielite e a interrupção da transmissão do sarampo em determinados períodos. Esses resultados consolidaram a vacinação como instrumento de transformação social, que garante proteção individual e barreiras coletivas contra epidemias. No entanto, os avanços obtidos vêm sendo ameaçados pelas recentes quedas nas coberturas vacinais (Courte Junior *et al.*, 2024).

A partir de 2012, observou-se uma redução significativa na adesão às vacinas, intensificada a partir de 2016 e agravada pela pandemia de COVID-19. O ressurgimento do sarampo em território nacional expôs fragilidades nas estratégias de imunização, reforçando a urgência de campanhas que integrem comunicação, monitoramento e organização dos serviços para recuperar os índices de cobertura (Homma *et al.*, 2023).

Esse contexto relaciona-se ao fenômeno da hesitação vacinal, apontado pela Organização Mundial da Saúde como uma das maiores ameaças à saúde global. No Brasil, ele é intensificado pela disseminação de *fake news*, discursos ambíguos de lideranças e pela baixa percepção social sobre a gravidade das doenças imunopreveníveis. O impacto é especialmente visível na infância, comprometendo décadas de conquistas sanitárias (David, 2025).

Pesquisas recentes indicam que a hesitação não se limita à recusa explícita, mas envolve fatores múltiplos, como medo de efeitos adversos, crenças religiosas e barreiras de acesso aos serviços de saúde. A pandemia agravou essa realidade, ao restringir atendimentos presenciais e

ampliar a circulação de informações falsas, exigindo estratégias emergenciais de recuperação da confiança social (David, 2025).

Além da desinformação, mudanças culturais e sociais também influenciam a redução da cobertura vacinal. O enfraquecimento do medo coletivo diante das doenças imunopreveníveis contribuiu para a complacência em relação às vacinas. A ausência de surtos em determinados períodos levou parte da população a não reconhecer sua importância, ampliando a vulnerabilidade sanitária. Nesse cenário, iniciativas como a Reconquista das Altas Coberturas Vacinais (PRCV), desenvolvida em parceria entre a Fiocruz, o PNI e a Sociedade Brasileira de Imunizações, buscam restabelecer a confiança da população. Estruturado em eixos como comunicação, aprimoramento dos sistemas de informação e expansão da rede de imunização, o projeto tem mostrado resultados promissores em municípios prioritários (Homma *et al.*, 2023).

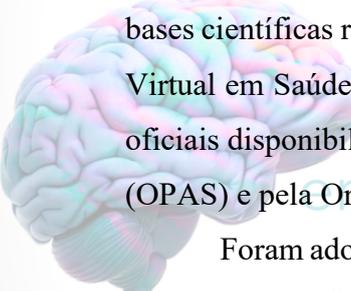
A análise histórica demonstra que resistências à vacinação não são fenômenos recentes. A Revolta da Vacina, em 1904, exemplifica como a imposição de medidas sem diálogo pode gerar rejeição popular. Esse episódio, somado à atual propagação de *fake news*, evidencia que a comunicação é central para a aceitação das vacinas, devendo as políticas públicas considerarem aspectos históricos e sociais (Santana, 2025). Outro fator estratégico para a sustentabilidade do PNI é a produção nacional de imunobiológicos. Instituições como a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Butantan desempenham papel essencial na produção e fornecimento de vacinas, garantindo autossuficiência tecnológica e soberania sanitária mesmo em contextos de crises globais (Gadelha, 2020).

Paradoxalmente, os próprios sucessos do PNI criam desafios. A redução ou eliminação da circulação de doenças como poliomielite e sarampo diminuiu a percepção coletiva de risco, contribuindo para a queda das coberturas vacinais. Esse paradoxo ilustra como o êxito das vacinas pode fragilizar a adesão social. Persistem ainda desigualdades regionais no acesso às vacinas. Enquanto grandes centros urbanos contam com infraestrutura consolidada, populações rurais e indígenas enfrentam obstáculos logísticos. A “Operação Gota”, voltada à vacinação em regiões de difícil acesso, exemplifica a necessidade de políticas adaptadas às especificidades territoriais (Domingues *et al.*, 2020).

No âmbito econômico, a vacinação se destaca como uma das intervenções mais custo-efetivas da saúde pública, prevenindo surtos, reduzindo internações e poupando recursos

hospitalares. Além de preservar vidas, contribui para a redução das desigualdades sociais e para o desenvolvimento sustentável do país (Courte Junior *et al.*, 2024). Dessa forma, ao analisar os avanços e desafios do PNI, percebe-se que a superação da hesitação vacinal e a ampliação do acesso exigem articulação intersetorial e fortalecimento das estratégias de comunicação social. Mais do que uma medida individual, a vacinação é prática de solidariedade coletiva, reafirmando o direito à saúde e a necessidade de preparar o PNI para os cenários epidemiológicos do século XXI (Santana, 2025). Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar os avanços, retrocessos e perspectivas do Programa Nacional de Imunizações no contexto das políticas públicas de saúde.

METODOLOGIA



O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, realizada em bases científicas reconhecidas, como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Google Scholar. Foram considerados, ainda, documentos oficiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Foram adotados como critérios de inclusão artigos originais, revisões, dissertações, teses e documentos oficiais publicados entre 2000 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem diretamente políticas públicas de imunização, cobertura vacinal, hesitação vacinal e estratégias de fortalecimento do PNI. Foram excluídos editoriais, resumos simples, relatos de caso e documentos que não apresentassem relação direta com o objeto de estudo.

A busca foi realizada utilizando descritores controlados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH), como: “Programa Nacional de Imunizações”, “Cobertura Vacinal”, “Políticas Públicas de Saúde”, “Vacinas” e “Hesitação Vacinal”. Para ampliar a abrangência, também foram empregados sinônimos e palavras-chave livres em combinação com operadores booleanos (*AND*, *OR*).

O processo de seleção dos estudos ocorreu em diferentes etapas. Inicialmente, realizou-se a leitura de títulos e resumos, a fim de identificar aqueles alinhados com a questão norteadora da pesquisa. Posteriormente, procedeu-se à análise integral dos textos completos, sendo incluídos apenas os que apresentaram conteúdo pertinente aos objetivos propostos. A análise

foi conduzida de forma interpretativa, com ênfase na identificação de convergências, divergências e lacunas na literatura, de modo a sustentar uma compreensão crítica do tema.

A análise foi desenvolvida de forma crítica e contextualizada, buscando ultrapassar a simples descrição dos resultados para explorar suas implicações teóricas e práticas. Foram considerados aspectos sociais, culturais e econômicos da vacinação, assim como o impacto de fenômenos contemporâneos, como a desinformação e o fortalecimento dos movimentos antivacina, que têm influenciado diretamente a adesão populacional às campanhas de imunização. destaca-se que, por se tratar de uma revisão narrativa, não houve quantificação estatística dos achados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PNI garante acesso gratuito a uma rede abrangente de imunobiológicos, atualmente mais de 51, entre vacinas, soros e imunoglobulinas, disponíveis nos mais de 35 mil pontos de vacinação nacionais, além dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE). Desde sua origem, o Programa evoluiu para oferecer imunizantes a todas as etapas da vida, com calendário adaptado para diferentes faixas etárias e segmentos populacionais, fortalecendo-se como política de base no SUS (Brasil, 2024).

Essa amplitude possibilitou conquistas históricas, mas também garantiu que o Brasil mantivesse um dos calendários mais completos e gratuitos para todas as faixas etárias. Esse alcance fortalece o direito universal à saúde e projeta o PNI como modelo internacional, reconhecido pela OPAS e OMS, que apontam o país como referência na prevenção de doenças imunopreveníveis (Brasil, 2022).

Apesar dos avanços históricos do PNI, os dados mais recentes evidenciam uma queda preocupante das coberturas vacinais. Em 2021, o Brasil registrou média nacional de apenas 52,1%, o menor índice em duas décadas, segundo informações divulgadas por Albuquerque (2023). Esse cenário acendeu alertas sobre a vulnerabilidade sanitária, sobretudo pela possibilidade de reintrodução de agravos já controlados, como poliomielite e sarampo. A situação é ainda mais crítica em regiões específicas, como o estado de Roraima, que apresentou cobertura inferior a 30%, evidenciando desigualdades regionais expressivas. Essa redução é explicada por múltiplos fatores, incluindo a hesitação vacinal, a circulação de desinformação e

barreiras de acesso aos serviços, que comprometem os esforços de imunização coletiva (Teixeira *et al.*, 2024).

A hesitação vacinal surge como elemento crítico nesse processo, sendo reconhecida pela OMS como uma das dez maiores ameaças à saúde global (Fernandez *et al.*, 2024). No Brasil, essa resistência é influenciada por fatores diversos, incluindo crenças religiosas, medo de efeitos adversos e experiências negativas em serviços de saúde. Estudos apontam ainda que muitos pais não reconhecem a gravidade de doenças erradicadas, o que contribui para a negligência quanto ao calendário vacinal (Mello *et al.*, 2023). Esse contexto exige não apenas campanhas massivas, mas também estratégias educativas permanentes, capazes de restabelecer a confiança social na vacinação.

Na atenção primária, a vacinação é considerada um dos recursos mais seguros, econômicos e efetivos para prevenir doenças, sobretudo em populações vulneráveis. Estudos apontam que a adesão ao calendário vacinal está diretamente relacionada à atuação dos profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, que exercem protagonismo nas ações educativas e de orientação às famílias. Entretanto, a literatura revela desafios estruturais, como a insuficiência de recursos e a necessidade de maior investimento em educação permanente (Bodziak; Sacoman; Marioto, 2024).

A análise dos dados regionais revela desigualdades importantes na cobertura vacinal. Estados da região Norte, como Roraima, apresentaram índices inferiores a 30%, muito abaixo da meta de 95% preconizada pela OMS. Esses números reforçam que os desafios não são homogêneos, exigindo políticas diferenciadas para contextos territoriais diversos, com foco em equidade e fortalecimento da atenção básica (Teixeira *et al.*, 2024).

Além dos fatores logísticos, a hesitação vacinal dos pais é apontada como uma das principais causas da baixa adesão. O medo de eventos adversos, aliado à falta de informação qualificada, reforça a resistência. Muitos pais relatam experiências negativas passadas ou baseiam suas decisões em crenças religiosas e filosóficas, o que afeta a proteção coletiva e compromete décadas de conquistas sanitárias (Teixeira *et al.*, 2024).

Outro ponto identificado é a influência da desinformação, amplificada pelas redes sociais. Notícias falsas sobre vacinas circulam de forma acelerada e, muitas vezes, mais persuasiva do que as campanhas oficiais. Esse fenômeno amplia o movimento antivacina, que se mostra cada vez mais estruturado, exigindo políticas de comunicação inovadoras, capazes de

dialogar com diferentes públicos de forma clara e baseada em evidências científicas (Oliveira *et al.*, 2020).

A literatura também discute o impacto da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, associado à falta de flexibilidade no funcionamento das Unidades Básicas de Saúde. Esses fatores dificultam a adesão às campanhas, principalmente nos primeiros anos de vida das crianças, quando o calendário vacinal é mais extenso. Nesse sentido, ampliar horários e diversificar pontos de vacinação são estratégias fundamentais para reduzir barreiras de acesso (Oliveira *et al.*, 2020). Do ponto de vista jurídico, a vacinação obrigatória foi reafirmada como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, principalmente no contexto da pandemia de COVID-19. O entendimento foi de que o direito individual à liberdade não pode se sobrepor ao direito coletivo à saúde, consolidando a imunização como um dever social. Esse marco jurídico reforça a dimensão coletiva da vacinação como prática essencial para a proteção da comunidade (Bellini, 2023).

Historicamente, a obrigatoriedade vacinal já havia sido alvo de resistência popular, como exemplificado pela Revolta da Vacina em 1904. Esse episódio evidencia que a aceitação da imunização depende da forma como as políticas são comunicadas e implementadas. A imposição, sem diálogo, tende a gerar rejeição, enquanto estratégias persuasivas e educativas podem ampliar a confiança da população nos programas de saúde (Bellini, 2023).

Apesar das dificuldades, os estudos demonstram que o Brasil mantém um dos calendários de vacinação mais completos do mundo, com cerca de 20 vacinas disponíveis gratuitamente para diferentes faixas etárias. Essa oferta universal garante o acesso equitativo à prevenção, mas sua sustentabilidade depende da produção nacional de imunobiológicos e do fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde (Fernandez *et al.*, 2024).

A hesitação vacinal também impacta a imunização infantil, que deveria atingir níveis superiores a 95% de cobertura. Contudo, a média nacional está abaixo desse patamar, expondo as crianças a riscos evitáveis. Profissionais de saúde relatam que o desconhecimento das famílias sobre a gravidade de doenças já erradicadas contribui para a negligência em relação à vacinação, reforçando a importância de campanhas educativas contínuas (Mello *et al.*, 2023).

A experiência da pandemia de COVID-19 trouxe lições importantes para o PNI. O desenvolvimento acelerado de vacinas demonstrou o papel da ciência e da cooperação internacional, mas também acirrou debates sobre segurança e obrigatoriedade. O Brasil, ao

adotar campanhas massivas de imunização contra a COVID-19, reafirmou a centralidade da vacinação como política pública essencial para o enfrentamento de emergências sanitárias (Bellini, 2023).

Outro aspecto relevante é o papel da educação em saúde como ferramenta de enfrentamento da hesitação vacinal. Estudos destacam que a disseminação de informações baseadas em evidências e o fortalecimento da relação entre profissionais de saúde e comunidade são estratégias eficazes para reverter o declínio das coberturas. Assim, a promoção da confiança social deve ser compreendida como parte indissociável do processo de imunização (Bodziak; Sacoman; Marioto, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o Programa Nacional de Imunizações (PNI) constitui uma das políticas públicas mais exitosas da saúde brasileira, responsável por avanços históricos como a erradicação da varíola e a eliminação da poliomielite. Entretanto, os resultados analisados demonstraram que o programa enfrenta desafios significativos no século XXI, especialmente relacionados à queda das coberturas vacinais desde 2016, à disseminação de informações falsas, à hesitação vacinal e às desigualdades regionais de acesso.

A discussão permitiu compreender que, embora o Brasil possua um dos calendários de imunização mais completos do mundo, com vacinas ofertadas gratuitamente para diferentes ciclos da vida, a sustentabilidade do PNI depende do fortalecimento da produção nacional de imunobiológicos, da valorização dos profissionais de saúde e da ampliação de estratégias educativas e comunicacionais. A imunização deve ser reafirmada não apenas como um direito individual, mas sobretudo como um dever coletivo, fundamental para a proteção da sociedade.

Diante desse contexto, conclui-se que a manutenção das conquistas do PNI exige o enfrentamento das barreiras atuais por meio de políticas intersetoriais, investimentos em comunicação baseada em evidências e ampliação da confiança social. Reforça-se que apenas com um esforço articulado entre governo, profissionais de saúde e sociedade civil será possível assegurar a continuidade do PNI como ferramenta essencial para a saúde coletiva. Assim, o fortalecimento da vacinação no Brasil configura-se como condição indispensável para a promoção da equidade, da justiça social e da qualidade de vida no século XXI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Flávia. Brasil atingiu em 2021 menor cobertura vacinal em 20 anos: média nacional ficou em 52,1%. **Agência Brasil**, São Paulo, 4 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/brasil-atingiu-em-2021-menor-cobertura-vacinal-em-20-anos>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Programa Nacional de Imunizações: PNI 25 anos. 2. ed., rev. e ampl. Brasília: **Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde**, 1998. 88 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações; organização pan-americana da saúde; organização mundial da saúde. Relatório técnico: Cooperação Técnica para Fortalecimento da Vigilância das Doenças Imunopreveníveis e Ampliação das Coberturas Vacinais no âmbito do SUS: 1º semestre de 2024. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. PNI: entenda como funciona um dos maiores programas de vacinação do mundo. Brasília, DF: **Ministério da Saúde**, 4 ago. 2022. Atualizado em: 3 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/agosto/pni-entenda-como-funciona-um-dos-maiores-programas-de-vacinacao-do-mundo>

BODZIAK, Chrystopher Stelle; SACOMAN, Josiéli; MARIOTO, Débora Mariana da Silva. Programa Nacional de Imunização na Atenção Primária à Luz da Literatura Científica. **CPAH Science Journal of Health**, v. 7, n. 2, p. 1-13, 2024. DOI: 10.56238/cpahjournalv7n2-002.

BELLINI, Daniela Priante. Política pública de imunização: direitos individuais e coletivos. 2023. **Dissertação (Mestrado em Direito Médico) – Universidade Santo Amaro**, São Paulo, 2023.

COURTE JUNIOR, Wladimir Pereira *et al.* A importância do plano nacional de imunização na erradicação de doenças imunotransmissíveis e seu histórico no contexto brasileiro. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 6, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n6-174>

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos *et al.* Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 28, n. 2, e2019244, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5123/S1679-4974201900020002>.

DAVID, Mayrlla Kathyuska Santos. Hesitação vacinal e adesão no Programa Nacional de Imunização: fatores que influenciam a decisão dos pais e responsáveis. 2025. **Monografia (Especialização em Enfermagem em Saúde da Família e da Comunidade) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**, Campus Belo Jardim, Belo Jardim, 2025.

 <https://doi.org/10.71248/9786583818089-7>

FERNANDEZ, Michelle *et al.* Os motivos da hesitação vacinal no Brasil: uma análise a partir da percepção dos profissionais de saúde que atuaram na pandemia da COVID-19. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 4, e230854, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902024230854pt>.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. Programa Nacional de Imunizações: o desafio do acesso universal no Século XXI. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 4529-4532, nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202511.24562020>

HOMMA, Akira *et al.* Pela reconquista das altas coberturas vacinais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, e00240022, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT24002>.

MELLO, Alba Xavier de *et al.* Imunização em pediatria: os desafios da adesão do esquema vacinal completo no contexto brasileiro. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 26824-26836, nov./dez. 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n6-024.

OLIVEIRA, Israel Victor de *et al.* Educação permanente em saúde e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: um estudo transversal e descritivo. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 124, p. 47-57, jan./mar. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012403>.

SANTANA, Raphael da Silva. As políticas públicas de saúde no Brasil e as campanhas vacinais: a revolta da vacina, quedas nas coberturas e implicações na adesão vacinal no Brasil. 2025. **Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador**, Salvador, 2025.

TEIXEIRA, Suênia Evelyn Simplicio *et al.* O Programa Nacional de Imunização e os principais desafios enfrentados: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 37, p. 1-10, 2024. DOI: 10.5020/18061230.2024.14840.